

PREFÁCIO

RESISTIR, INSISTIR, FAZER EXISTIR

A tese de livre-docência “Quando a escrita toca a produção institucional em um trabalho de extensão universitária”, defendida por Adriana Marcondes Machado em 2021, ganha o formato de livro e, com isso, a chance de ir além da academia, alcançando leitoras e leitores lá onde práticas educativas, de cuidado e acolhimento se constituem com e como políticas públicas.

Trata-se de livro imprescindível, interessante e inspirador para aquelas(es) de nós que vimos fazendo a defesa crítica de políticas públicas sociais nas áreas, especialmente, da educação, da saúde, da assistência social e da justiça. São esferas que pedem trabalho coletivo, presença persistente, diálogo, pensamento ancorado na experiência respeitada como saber. O trabalho intelectual e prático nesses domínios é, quase sempre, trabalho de insistir e fazer existir; insistir, resistindo aos constantes ataques e riscos a que as políticas públicas estão sujeitas, e fazer existirem instituições de referência, práticas de formação e atenção, resultantes da apropriação, na ponta, de propostas formuladas no plano legislativo. Insistir e fazer existir são tarefas encarnadas nas ações de trabalhadoras(es) em suas relações cotidianas com populações que demandam instituições e serviços públicos.

A tese, agora transformada no livro *Quando a escrita toca a produção institucional*, foi redigida em período de perigo intenso para a democracia brasileira, no qual o governo autoritário de Jair Bolsonaro atacou de modo violento dimensões materiais e simbólicas de todas as políticas públicas de interesse social, reservando extraordinária virulência contra as universidades e a saúde públicas.

Este fato é importante porque assinala o caráter exemplar da publicação que abriga e elabora uma proposta interventiva de psicologia escolar – publicação e proposta que

se apresentam como resistência e invenção, apostando no poder micropolítico dos espaços democráticos de formação.

O livro é expressão do impacto produtor e criativo da extensão universitária como ocasião de encontro entre formação e pesquisa, motivo e objeto do empenho de docentes, servidoras psicólogas e estudantes, procurando contribuir para o acesso das populações ao atendimento de necessidades e direitos. Faz jus à defesa da extensão universitária como lugar de articulação da academia com serviços públicos, realizando pesquisas úteis à melhoria desses equipamentos e promovendo oportunidades de formação em serviço para profissionais das linhas de frente do atendimento.

Não se trata, contudo, de um treinamento técnico, centrado na transmissão de conhecimentos consagrados pela e na academia, mas da abertura de espaços para se trabalhar a transformação das práticas cotidianas “agenciadas em processos de hierarquização e naturalização” que, de modo hegemônico, persistem no âmbito público.

O dispositivo interventivo denominado Escrita Endereçada, principal objeto de exposição e análise deste livro, aparece no contexto mais amplo da situação cada vez mais fragilizada das políticas públicas. O seu acompanhamento é feito pelo Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), que vem, historicamente, oferecendo práticas de pesquisa e formação junto a equipes de profissionais de educação, saúde e assistência social, constituindo espaços em que o cotidiano do trabalho pode ser pensado.

O Serviço de Psicologia Escolar e a prática do Plantão Institucional são referências próximas que oferecem à escrita endereçada contorno e inserção, dando notícias de seu enraizamento em uma trajetória guiada pela busca da participação democrática na efetivação de políticas educacionais mais justas e igualitárias.

Da memória recuperada do Serviço de Psicologia Escolar há que se dar destaque à mudança, proposta por Maria Helena Sousa Patto, da designação Psicologia do Escolar, área que estudava os problemas de aprendizagem da perspectiva psicológica, para Psicologia Escolar.

Essa mudança assinala o deslocamento na abordagem psicológica dos problemas de aprendizagem, ou do problema do fracasso escolar, e da pessoa do(a) aluno(a) como lugar desses problemas, para as condições de vida e do ensino destinado às populações pobres. Essa inflexão é fundamental do ponto de vista ético e político, abrindo a possibilidade de um olhar rigoroso sobre o impacto da desigualdade produzida na sociedade capitalista nos processos de ensino-aprendizagem e na produção das dificuldades de aprendizagem de estudantes pobres em escolas públicas.

Como aponta Adriana Marcondes Machado, a retirada da preposição “do” opera uma transformação ética e política que dá passagem a uma visão institucional da escola e dos processos educacionais, que podem, então, ser estudados e compreendidos a partir das relações entre sujeitos, da observação das práticas cotidianas, da produção de efeitos ideológicos de discursos, da ocupação de lugares de poder e saber, entre outras dimensões.

Essa mudança de perspectiva conceitual produz efeitos significativos nas práticas psicológicas escolares, colocando em cena elementos como o contexto econômico e sociocultural, a grupalidade, o cotidiano, o questionamento de laudos e diagnósticos, entre outros. A mudança de olhares e nas formas de atuar, por sua vez, oxigena teorias.

A visão institucional é marca constituinte do Serviço de Psicologia Escolar, responsável por mudanças curriculares na formação de psicólogos(os), pela ampliação do âmbito de sua atuação para além das escolas, fazendo interface com a saúde e com a assistência social, e pela criação e divulgação de dispositivos interventivos promotores de participação democrática de profissionais e de outras(os) protagonistas em situações de cuidado, acolhimento e formação.

O compromisso do Serviço com instituições públicas – escolas, equipes multiprofissionais de diferentes equipamentos da educação, da saúde, da assistência social e do poder judiciário – buscou, nos estágios supervisionados de estudantes e em assessorias a equipes, construir relações de confiança e trocas em que dispositivos de participação foram sendo experimentados.

O Plantão Institucional, inicialmente criado para acolher situações emergenciais, tornou-se prática de referência para um fazer mais assíduo com grupos de profissionais, em diferentes contratos e configurações, respondendo, singularmente, às demandas desses grupos e suas condições de trabalho. O Plantão constitui-se em forma plástica, aberta, permeável às necessidades e possibilidades de cada grupo que se desloca para o *campus* da USP, participando de uma proposta de formação profissional centrada na discussão de práticas cotidianas do trabalho.

De partida, duas disposições sobressaem na proposta do Plantão Institucional: a valorização da palavra e a focalização de situações e cenas cotidianas. A narrativa do cotidiano abre algo de seu entorno e a equipe de psicólogas que acolhe os grupos de profissionais vai chamar a atenção para os processos e a organização do trabalho, para a identificação e nomeação de agentes concretos, dando importância para as rotinas de trabalho e a divisão de tarefas e funções. Constitui-se no convite para um exercício de pensamento a partir de cenas e situações concretas, apostando na produção de deslocamentos capazes de desnaturalizar e desmontar formas viciadas de lógicas instituídas que se repetem e paralisam: a visão do “sem-saída”, a localização dos problemas em indivíduos (inadequados) ou em condições sociais exteriores e insuperáveis, a despolitização.

Esse convite está imbuído do crédito na grupalidade como ocasião, lugar ou condição para se perceber em situação, para experimentar a implicação subjetiva e singular de cada um(a) na instituição do instituído. Nas palavras de Adriana,

Perceber-se na engrenagem das relações que nos caracterizam é tarefa que requer outra dose, agora de dependência, não no sentido de submissão, mas no sentido, (...), de nos restituir ao campo produtor em que nos tornamos quem somos (p. 62).

O Serviço de Psicologia Escolar e o Plantão Institucional como prática de aproximação, acolhimento e convivência com profissionais da linha de frente de serviços públicos, afirmam seu caráter público, assumindo corresponsabilidade ética e política com o cuidado e a condução das instituições públicas nas áreas sociais.

Pode parecer óbvio esse elogio à responsabilidade pública de instituições públicas, mas talvez sirva para alertar, como faz Adriana, que a universidade produtivista e mercadológica tem causado grandes dificuldades à manutenção de serviços e práticas que, por meio da extensão universitária, cumprem seu papel de instituições públicas.

Chega-se assim ao comentário sobre o dispositivo de escrita endereçada, utilizado como ferramenta de trabalho no Plantão Institucional. A escrita endereçada tem uma história própria de filiação a dispositivos inventados pela autora em sua atuação no campo da Psicologia Escolar, como psicóloga, pesquisadora, docente e supervisora de estágios.

O primeiro deles nasce no cenário de questionamento da avaliação psicológica em escolas públicas cuja principal referência é o livro de Maria Helena Sousa Patto, *Produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*, que enseja uma problematização de laudos de exames psicológicos preconceituosos e limitados que, por um lado, consagram o caráter individual e desviante do fracasso escolar e, por outro, desconhecem possibilidades, positivities, produções de vida de alunas(os) dessas escolas.

Há nessa perspectiva crítica uma mudança de atenção das avaliações para as histórias de vida de alunas(os) pobres e para a natureza redutora da linguagem de relatórios e laudos em que essas histórias são silenciadas e apagadas. As pesquisas e intervenções acadêmicas nas escolas públicas eram, majoritariamente, informadas pelas mesmas concepções da avaliação, produzindo desqualificação de práticas e sujeitos e prescrição de orientações.

Tomando a linguagem como matéria-prima, Adriana Marcondes Machado inicia, com estagiárias(os), a escrita de cartas-relatórios endereçadas a educadoras das escolas, que passam a ser interlocutoras na discussão das dificuldades de aprendizagem. No processo de escrita dessas cartas-relatórios, feitas de idas e vindas constantes entre as(os) estagiárias(os) e as supervisoras de estágio, visando a discutir a forma de expressar as experiências vividas nos estágios às destinatárias, houve transformações relevantes nas atitudes e no pensamento, muitas vezes moralistas e preconceituosas, das(os) estudantes envolvidas(os) em atendimentos.

Nas cartas-relatórios, somadas a outras propostas de produções escritas, três elementos se destacam em relação ao que se pretende: as ações ocuparem o lugar de sujeitos das frases; a posição daquelas(es) sobre quem se escreve ser considerada; e a atenção a uma escrita autoritária e ressentida de especialistas. Para a autora,

Essas inflexões, ou derivas, dão relevo a três problemáticas: a força das adjetivações reducionistas; a escrita apartada do campo político e relacional em que ela se constrói; e a reprodução, nas práticas universitárias, de análises que classificam as pessoas e oferecem prescrições (p. 74).

A carta-relatório é invenção que confronta a linguagem de laudos e relatórios diagnósticos, oferecendo, no lugar da padronização, o encantamento da escrita, fundado na experiência e no diálogo. É invenção que se presta à mediação entre a equipe de estagiários(os) e psicólogas da universidade e as professoras e outras(os) protagonistas da escola; é invenção que serve à formação, elaborando preconceitos e abstrações; é invenção afeita à inscrição respeitosa de vidas na escrita.

O segundo dispositivo que se liga à história do exercício de escrita endereçada é a pesquisa intervenção, método que se constitui na imersão da pesquisadora nas práticas cotidianas em estudo. Nele, o problema de pesquisa é construído no ato de pesquisar e o achado não é procedimento generalizável, mas acontecimento único que pode servir de centelha para outras investigações interventivas. Pesquisar, nesse caso, implica atuar no interior de modos de fazer e de pensar habituais, automáticos, naturalizados. Implica entendimento do objeto e do terreno em estudo como expressão de forças que a pesquisa busca transformar para conhecer: desobstruir a expressão; “rachar com aquilo que enfraquece a potência de pensar”, de agir, de falar. Implica buscar as raízes do pensamento naturalizado como forma de “enfrentar a alienação, a discriminação, a individualização, as condições precárias de trabalho, o assujeitamento e as formas de governo aliadas a uma micropolítica produtora de incapacidade e insegurança” (p. 78).

O relato da investigação realizada por Adriana Marcondes Machado no seu mestrado *Inventando uma intervenção na escola pública* dá conta de mostrar o vigor de uma pesquisa intervenção junto a uma turma de alunas(os) das chamadas classes especiais. A invenção de um mapa-tabela com informações sobre cada aluna(o) e a rachadura provocada pelas linhas em branco (aquilo que não sabiam de suas histórias de vida) assinalaram potências de pensar e de agir, desconstruindo visões deletérias e desqualificadoras daquelas(es) que se encontravam nas malhas de insuperáveis dificuldades de aprendizagem.

O saber-fazer que se engendra ensina que “a pesquisa e a escrita são ocasiões de alterar as existências e, (que) se não é possível aproveitar essas ocasiões, perdemos (...)” (p. 82). As circunstâncias providas pelo Plantão Institucional para a circulação da fala e o investimento na escrita como instrumento de mudança formam uma espécie de chão fértil para a proposição do exercício de escrita endereçada como procedimento valioso de formação.

A descrição e análise minuciosa do procedimento dá relevo aos passos e impasses do exercício, generosamente expostos em seus dois tempos. Não faria sentido detalhar aqui esses passos e impasses, embora seja tentador fazê-lo. Basta, contudo, talvez, indicar que o exercício trata da escritura, pelas profissionais das equipes atendidas no Plantão Institucional, de cartas endereçadas a pessoas, lugares, objetos, ações ou sentimentos que compõem situações-problemas trazidas nos encontros grupais.

O procedimento supõe, ainda, sofisticada troca de lugares entre destinatários(as) e remetentes das cartas, assim como o compartilhamento dos efeitos produzidos nas participantes.

Há na apresentação do procedimento e na exposição de duas narrativas de situações-problemas um sentido de “mostração” mais do que de demonstração. O uso do conceito de procedimento é regido pelo princípio da singularidade que faz entender o trabalho grupal como sendo constantemente invenção e o próprio procedimento como inspiração, pretexto, e não prescrição.

O exercício de escrita endereçada condensa intenções, objetivos e concede uma moldura para deslocamentos, estranhamentos e conhecimento de si cujos conteúdos e impactos são matéria viva e mutante de cada experiência grupal.

Escrever a partir de certas situações incita a abertura para perceber-se em situação: na equipe de trabalho que então se reúne para os encontros de supervisão; na instituição em que se atua; na sociedade em que se vive. Escrever de forma endereçada, por sua vez, pode provocar o diálogo com registros convencionais, padronizados, desencarnados de falar e agir, colocando-os sob tensão.

No dialeto deste livro, cartas-relatórios, linhas em branco e escrita endereçada são apostas no diferir, nas possibilidades de derivações e deslocamentos; ensaios de revoltas situadas.

O exercício de escrita endereçada milita no campo das aspirações democráticas em que, como pensa Flavia Schilling, citada por Adriana Marcondes Machado, é preciso insistir, praticando a formação democrática e lembrando de dela falar.

O livro escrito em momento de forte perigo autoritário está sendo publicado em um tempo de reconstrução da abatida democracia brasileira: que seja bem-vindo!

São Paulo, 18 de janeiro de 2023.

Maria Luisa Sandoval Schmidt